



VIVÊNCIAS DE MULHERES MIGRANTES EM BRASÍLIA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Delia Dutra da Silveira¹

Este texto faz parte de uma pesquisa atualmente em desenvolvimento na qual buscamos compreender como mulheres provenientes de países da América Latina, vivem a experiência de chegar a um novo lugar – a cidade de Brasília, e como deste se apropriam. Trata-se de mulheres que trabalham como empregadas domésticas, elemento que particulariza a experiência migratória.

A análise das suas narrativas permite-nos identificar como elas explicam e produzem sentidos sobre a sua condição de mulher, imigrante, trabalhadora doméstica. Buscamos dar um lugar fundamental ao significado das suas ações através dos seus relatos, já que entendemos que a fonte desse significado é um produto social que deriva das atividades dos indivíduos ao interagir, ou que surge como consequência da interação social.²

Portanto, não se trata de perguntar-nos simplesmente quando e por que motivos ela se torna migrante ou quais as consequências disso, mas, sobretudo, como ela vivencia esse tempo transcorrido nesta cidade, inserida num contexto familiar, político e social de produção do seu espaço que vai do particular ao mais geral, do passado ao presente, observando como se configuram seus sonhos, seus projetos.

Apresentamos aqui uma breve contextualização da migração feminina internacional e da situação das trabalhadoras domésticas imigrantes na cidade de Brasília. Dialogando com alguns autores e depoimentos compartilhados pelas migrantes, refletimos sobre as particularidades do ser mulher-migrante e trabalhadora doméstica em Brasília. Apresentamos de forma breve os processos da pesquisa de campo, e concluimos o texto apontando caminhos a seguir explorando na pesquisa ainda em desenvolvimento.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista do CNPq. Colabora com o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) em Brasília. deliadutra@gmail.com

² BLUMER, HERBERT. The Methodological Position of Symbolic Interactionism. In: Symbolic Interactionism: Perspective and Method. USA: Prentice-Hall, 1998. Capítulo 1. pp. 1 a 60.



1. O contexto da migração feminina internacional

Ao mesmo tempo que os fluxos migratórios podem ser vistos como consequência de contextos socioeconômicos historicamente determinados, entendemos que sua relevância para o campo da sociologia passa por compreendê-los como *participantes* de processos de mudanças sociais de extrema relevância.

Atualmente, as mulheres representam quase a metade do total mundial de migrantes internacionais – são 105 milhões³ de mulheres migrantes – chegando inclusive em alguns continentes a ultrapassarem a quantidade de homens migrantes. Apesar delas contribuírem com a redução da pobreza, injetando recursos nos seus países de origem cujas economias lutam por desenvolver-se, só recentemente a comunidade internacional começa a reconhecer o significado de sua atuação, tanto para suas famílias, quanto para suas comunidades e países.

De acordo com a Organização Int. Migrações (IOM) haveria de 30 a 40 milhões de migrantes (mulheres e homens) em situação irregular (no que se refere à documentação no país de destino) ao redor do mundo, e algumas pesquisas alertam para a existência de uma maior estigmatização à mulher imigrante que se desloca sozinha na procura de trabalho e renda para sua família⁴. Laura Thompson⁵, da IOM sustenta que apesar das políticas de migração de trabalho nos países de destino parecerem neutras no que tange ao gênero, elas continuam sendo embasadas num modelo focado nas habilidades e trabalhos tradicionalmente masculinos. Mais oportunidades para migrar legalmente, acrescenta Thompson, ajudaria a prevenir o envolvimento (involuntário) de muitas mulheres em situações irregulares, de exploração e abuso.

Tal situação de estigmatização específica à mulher migrante tem nos inquietado a pesquisar a experiência do processo migratório de mulheres latino-americanas que estão atualmente residindo em Brasília, um destino até pouco tempo atrás considerado fora do circuito das típicas cidades brasileiras receptoras de contingentes migratórios latino-americanos.

3 IOM Gender and Migration News. Issue 34, April 2010. Disponível em: <http://iom.int>, Acesso, Maio 2010.

4 ROSA, RENATA DE MELO. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana V. 15, No. 29, Brasília, 2007, p. 71-85.

5 IOM Gender and Migration News. Issue 34, April 2010. Disponível em: <http://iom.int>, Acesso, Maio 2010.



2. Brasília e a questão da trabalhadora doméstica estrangeira

Consideramos Brasília não como um pólo de atração evidente mas *sim silencioso*, ou pouco evidente, de migração feminina internacional para o mercado do trabalho doméstico. As mulheres migrantes trabalhadoras domésticas são praticamente invisíveis para o morador de Brasília que se desloca de carro. Quem quiser encontrar com elas precisa pegar o ônibus nos feriados ou domingos (em geral, nunca em dias úteis), ir à Rodoviária, ponto habitual de encontro, onde se organizam em pequenos grupos (por afinidade) que se espalham pelo Conjunto Nacional⁶; algumas vão para a Igreja e outras, para a residência de alguma migrante que já casou, comprou um terreno e se estabeleceu em cidades próximas⁷.

Já fomos alguma vez com minha irmã ao Pátio Brasil[shopping]... mas como a gente fala, a nossa casa é o Conjunto Nacional [shopping vizinho à rodoviária]. A gente ri muito, costumamos brincar dizendo 'eu tenho minha casa lá, minha sala, recebo meus convidados, a gente senta passa a tarde conversando na sala' [risos]. (Carmen)⁸

A maior parte dessas mulheres migrantes trabalha para famílias estrangeiras em Brasília (diplomatas, altos cargos de organismos ou empresas internacionais). Moram no lugar de trabalho, o que as leva a fazer jornadas de trabalho de 16 horas em média.

O meu quarto, não é meu quarto... nele só durmo... só posso entrar às 9 e meia 10 da noite, para deitar, acordo 6 da manhã... e só trabalho, o dia todo. Faço o meu café da manhã em 10 minutos, e o meu almoço a mesma coisa.. Está o tempo tudo [chefa] me pressionando, pedindo coisas, acrescentando mais e mais. (Eloisa)

Consideramos possível fazer uma analogia entre esse fenômeno e a noção de “enclave étnico”, proposta por Portes⁹, mesmo que não corresponda exatamente à definição dada pelo autor. A analogia é possível no sentido em que Portes identifica a relação de empregador-migrante e subordinado-migrante (às vezes, da mesma comunidade étnica), como um “fenômeno contraditório de exploração-proteção”¹⁰.

Eu tenho com essa família direito ao visto cortesia. Mas já faz 5 meses que estou trabalhando com eles e o meu passaporte continua no Itamaraty. Conheço uma pessoa que me ajudou e perguntou por que estava tão demorado. O Itamaraty explicou que o senhor [chefe] ainda não enviou a carta que se exige para emitir esse visto. E estou muito preocupada, já disse para a senhora o passaporte é o **meu** documento. Tenho direito a tê-lo. (Carmen)

⁶ Primeiro Centro Comercial da Cidade localizado ao lado da Rodoviária.

⁷ Muitas mulheres migrantes estabelecidas no Distrito Federal moram em pequenas cidades próximas ao Plano Piloto, tal o caso da cidade de São Sebastião. Segundo depoimentos delas, São Sebastião é uma cidade que fica perto e tem transporte público direto para o bairro *Lago Sul*, onde a maior parte delas trabalha. Esse bairro é onde residem os diplomatas, altos funcionários do governo ou de organismos internacionais.

⁸ Os nomes das entrevistadas aqui utilizados não são os nomes reais delas.

⁹ PORTES, Alejandro. Immigrant Enclaves an Analysis of the Labor Market Experience of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology*, vol. 86, no.2, 1980.

¹⁰ LABELLE, Micheline. *Histoires d'immigrées*. Itinéraires d'ouvrières Colombiennes, Grecques, Haïtiennes et Portugaises de Montréal. Montréal : Boréal, 1987, p. 21.



Por um lado, há a “proteção”, ilustrada pela obtenção de um visto de trabalho, visto cortesia, que no Brasil só pode ser outorgado por esse perfil de empregador (diplomatas, altos funcionários de organismos internacionais); trabalhar como empregada doméstica de uma família brasileira implica fazê-lo de forma irregular para migrantes provenientes de países que não possuem ainda acordo com o Brasil, tal como o caso das peruanas, por exemplo. Muitas delas foram beneficiadas pela Anistia concedida pelo governo brasileiro no ano de 2009.

Por outro lado, a “exploração”, resultado dessa dependência à proteção que limita a sua mobilidade profissional. Este tipo de visto cortesia confina à trabalhadora a um único empregador que assume ser responsável por ela, fato que alimenta uma dependência extrema que pode vir a se manifestar em relações de opressão.

E eu não tinha outro espaço para ficar além do meu quarto, eu não podia falar com ninguém já que ela me disse também um dia “*você não precisa ficar amiga dos meus filhos*” Pode imaginar que menos ainda eu poderia ter coragem de falar para o marido dela se estava me pedindo que não falasse com seus filhos. (*Carmen*)

Tal ausência de mobilidade profissional das mulheres migrantes causa o que Labelle denomina de “*ghettoisation*”: elas “ficam bloqueadas nos mesmos tipos de emprego, pouco qualificados, instáveis e mal remunerados”¹¹. Daí que para a autora seja preciso identificar diversos mecanismos que se conjugam para levar as trabalhadoras migrantes para esses empregos e mantê-las neles. Mais do que mecanismos de fora, defende Labelle, seria mais conveniente falar de um encadeamento de fatores que se reforçam mutuamente, tais como o desconhecimento da língua, uma fraca escolaridade na hora da chegada ao país, origem indígena, etc. Fatores esses que podem nos ajudar a compreender as particularidades do que significa ser mulher-migrante-trabalhadora doméstica em Brasília.

3. A particularidade da mulher migrante

A condição de mulher-migrante não se configura como tal simplesmente definindo-a como *um* estágio da vida com características passíveis de observação, comuns a todas elas pela ‘simples’ condição de ser mulher e ser migrante. Ela se constitui por um processo anacrônico, dinâmico, que demanda ser analisado a partir de definições baseadas no problema-objeto da pesquisa.

Podemos sim afirmar que essa condição de mulher-migrante deve ser entendida como, um ponto de partida, que terá suas implicações na busca pela compreensão desses significados que a

¹¹ *Idem*, p. 206.



própria migrante atribui a sua condição. Desta forma, seguimos o pensamento de Harding¹² para quem as diferenças de gênero constituem uma forma-chave para que os seres humanos se reconheçam como tais. Os homens e as mulheres formam duas categorias sociais envolvidas numa relação social específica: as relações sociais de sexo¹³ que, para Devreux¹⁴, podem ser associadas às relações sociais de ‘raça’, já que ambas – as relações de sexo e de raça – se constituem como marcadores na divisão social entre os indivíduos.

Eu me sinto camponesa, camponesa primeiro, depois peruana sim... mas para mim é muito importante a minha origem camponesa, mulher- camponesa- indígena (Amélia)
Quando estava esperando a Amélia chegar, fiquei sentada no ponto de ônibus, sabendo que nesse já não param os ônibus. Parece que era um ponto antigamente, mas agora já não mais. Ai.... eu via as pessoas passar caminhando e olhavam para mim. Todo mundo passava e olhava, mas ninguém falava nada... Eu comecei a rir e pensava, esses brasileiros devem estar pensando “coitada dessa indígena, ela não sabe que aqui não passam mais ônibus”[risos!] Mas é claro que eu sei! (Teresa)

Seguindo a corrente teórica feminista denominada “diferencialismo”¹⁵, entendemos que o ‘ser mulher’ emerge como *o outro* com relação a *um* suposto universal, e na nossa pesquisa esse ser *outra*, é ainda mais estigmatizado, quando se trata de ser mulher, migrante, sozinha (i.e. sem marido ou companheiro) e trabalhadora doméstica.

Olha só, nós estamos aqui nesse lugar bonito¹⁶ e as pessoas ao redor tenho certeza que ninguém imagina que eu trabalho em casa (...) (Maria)
Na casa da Marta se fazem muitos almoços aos domingos. Lá você sempre vai encontrar com mulheres migrantes que trabalham em casa (...) mas o que eu não gosto é de ter que suportar o marido dela [brasileiro] com os amigos [brasileiros], que acham que como a gente está aqui sozinha [sem marido] a gente está afim de ficar com eles. Isso me irrita muito! (Maria)

É interessante observar como, no caso de Maria, ela nunca fala que trabalha como empregada doméstica, ela sempre diz que trabalha ‘em casa’, chegando inclusive numa entrevista a declarar que na hora de retornar ao Peru, ela vai pedir para sua chefe lhe dar uma carta de recomendação como cozinheira, pois ela não quer voltar, ao país, assumindo ser uma ‘derrotada’. Em Lima, ela quer trabalhar, como cozinheira profissional, que é do que realmente gosta. Ela parece sofrer o estigma de ser estrangeira, ‘sozinha’ [sem um marido] e trabalhadora doméstica. Todos fatores que, parafraseando Labelle, se encadeiam e se reforçam mutuamente para contrapor

¹² HARDING, Sandra. *Ciência y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

¹³ KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

¹⁴ DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, Brasília, set/dez 2005, p.561 a 584.

¹⁵ COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In : HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 59-66.

¹⁶ Na ocasião de uma entrevista com a Maria, passamos a tarde de um domingo na beira do Lago Paranoá, em Brasília, num espaço onde há restaurantes, cafés, etc. que se chama “Pontão”, onde em geral só se chega de carro já que fica longe de pontos estratégicos para o transporte público como a Rodoviária ou alguma estação de Metrô.



essa mulher ‘diferente’ [estrangeira] e ‘disponível’ [sem marido] ao homem local, que se sente mais forte perante uma pessoa – supostamente – vulnerável.

Contudo, consideramos que as estratégias de muitas mulheres mobilizadas para existir, para ser, para sobreviver, são na verdade “(...) uma manifestação de uma dimensão de relação com o mundo, omitida até hoje”¹⁷. Quando se fala de processo de ‘feminização das migrações’ seria interessante refletir, junto com Marinucci¹⁸, se estamos perante uma nova realidade ou se estamos numa nova forma de ler (interpretar) uma realidade que já existe há muitos anos, ou, como antes mencionado, segundo Collin, estamos reconhecendo um fenômeno até pouco tempo atrás ignorado.

A mulher não só migrava acompanhando o marido, mas nesse processo ela era também uma ‘produtora’ de riqueza para o núcleo familiar,

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. (...) Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.¹⁹

Hoje, a mulher migra cada vez mais sozinha ou com filhos (muitas, sem marido ou companheiro), passando a deter um papel chave como sustento econômico do seu núcleo familiar – filhos, pais, marido, irmãos. Dessa forma, o lugar que ela ocupa veio se transformando, passando de um papel de acompanhante e trabalhadora/cuidadora da casa e dos filhos, para ser a principal provedora econômica e de bem-estar familiar.

Tal situação tem provocado, evidentes alterações na base material da sociedade, influenciando especialmente na ordem tradicional da divisão social do trabalho, ou, como denomina Kergoat²⁰, da “divisão sexual do trabalho”. Alterações que se manifestam mais no incremento da participação da mulher migrante no mercado de trabalho internacional (dimensão quantitativa), do que nos tipos de empregos por elas desenvolvidos (dimensão qualitativa).

As mulheres migrantes atendem a uma demanda crescente e constante do setor de cuidados (*care* ou *soins*) e de serviço doméstico. Significa dizer que, aquela mulher ‘acompanhante’ do marido migrante, sempre dedicada ao cuidado e ao serviço doméstico no espaço privado, passa a receber um salário e ganhar um lugar “restrito” na divisão sexual do trabalho. Poderíamos dizer que

17 COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In : HIRATA, Helena et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009. p. 59-66.

18 MARINUCCI, Roberto. Feminization of Migration? REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. V. 15, No 29. CSEM, Brasília. 2007. pp.5-22.

19 SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 32.

20 KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.



o seu trabalho continua no âmbito privado, no sentido de que, apesar de essencial para o funcionamento da economia, permanece nos bastidores do espaço público.

Formam-se assim os denominados nichos de emprego ou “enclaves étnicos”²¹, antes mencionados, que, por um lado, se apresentam como oportunidades, a única porta que se abre para elas, mas que, por outro, as condena, porque restringe a mulher para essas atividades mal remuneradas, não valorizadas e sem perspectivas de plano de carreira ou progressão.

4. Processos no campo e significados da experiência migratória

No primeiro ano da pesquisa, iniciamos uma etapa de pesquisa de campo exploratória durante três meses no final de 2008. Esse processo tinha como principal objetivo reconhecer o ‘terreno’ para identificar as possibilidades e limitações do trabalho que projetávamos. Dessa forma, conseguimos um primeiro contato com uma migrante que, na ocasião, vivia o seu quarto ano como trabalhadora doméstica em Brasília.

Aos poucos nos foram sendo apresentadas outras migrantes, seguindo a técnica denominada de bola de neve, chegando a conhecer 19 mulheres migrantes trabalhadoras domésticas. Isso nos permitiu confirmar a viabilidade da pesquisa e tomar contato, de uma forma geral, com a realidade dessas mulheres migrantes provenientes de países da região, hispano-falantes, a maior parte delas de origem indígena, camponesas ou filhas de camponeses, com pelo menos uma primeira experiência de migração antes da sua chegada à Brasília.

Nessa fase exploratória, realizamos encontros informais nos dias de folga delas, alguns individuais, outros em pequenos grupos, que elas próprias formavam e nos convidavam. Também presenciamos algumas celebrações religiosas de que algumas delas participam, e conhecemos, em três casos, o lugar de trabalho. Sentia que o que nos unia e criava uma cumplicidade na compreensão sobre a situação por elas vivida era o fato de falarmos na mesma língua, o espanhol. Isso facilitava a confiança e o diálogo e gerava uma empatia, com pessoas que geralmente têm medo de falar e se abrir sobre os sentimentos que o ser migrante e trabalhadora doméstica lhes provoca (perdas, ganhos, angústias, desafios, frustrações, sonhos).

Para uma segunda fase, já deixando a fase exploratória, nos anos de 2009 e 2010, decidimos recortar nosso universo da pesquisa, concentrando-nos em dez mulheres peruanas migrantes trabalhadoras domésticas. A predominância de peruanas – que são maioria, embora existam outras

21 PORTES, Alejandro. Immigrant Enclaves an Analysis of the Labor Market Experience of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology*, vol. 86, no.2, 1980.



nacionalidades (bolivianas, hondurenhas, dominicanas etc.), e o perfil do grupo que elas próprias foram configurando ao ir me apresentando amigas ou conhecidas, foram razões deste recorte.

Com essas dez mulheres, realizamos entrevistas em profundidade ou entrevistas centradas, nas quais elas se mostraram dispostas a contribuir com a pesquisa; algumas mostraram-se muito motivadas pelo fato de poder dar visibilidade a uma experiência de vida silenciada, não só aqui em Brasília, como também no país de origem e no próprio núcleo familiar.

Realizamos uma média de 5 encontros individuais, além de alguns em pequenos grupos para os quais elas me convidaram a participar. Nesses encontros individuais, procuramos trabalhar o passado, o presente e o futuro de cada uma. Entendemos que essas três instâncias da vida da pessoa co-existem, configuram e são configurados pelo aqui e agora.

Levando em conta os limites dessa apresentação, levantamos a seguir algumas reflexões iniciais que precisam continuar sendo aprofundadas, mas que nesse momento permitem-nos avançar na problematização sobre como essas migrantes dão sentido a suas experiências de vida.

5. Família e a decisão de migrar

A decisão de migrar a trabalho está sempre ligada a um contexto familiar problemático. A totalidade das migrantes contatadas na fase exploratória, assim como o grupo de dez peruanas selecionadas para as entrevistas, explicam a sua decisão de migrar pela necessidade de dar respostas a problemas econômicos do núcleo familiar. Com exceção de duas das dez entrevistadas, as restantes são casadas e têm filhos.

Quase todas tinham dívidas, queriam ‘salvar’ a casa, construir uma nova ou melhorar a que já possuem no Peru. Todas falam da determinação de pagar o estudo dos seus filhos/as ou sobrinhos/as, pois “não quero que elas sofram humilhação como eu tenho sofrido a minha vida toda trabalhando em casas” (Teresa).

Migrar, mesmo estando cientes que não poderão fazer outra coisa em Brasília a não ser trabalhar como empregadas domésticas (“*gethoisation*”²²), significa a possibilidade de juntar dinheiro mais rápido, já que em Brasília os salários são melhores do que no Peru; porém, “*creio que se eu tivesse conseguido trabalho na Espanha ou na Itália, teria sido muito melhor ainda, mais dinheiro e menos tempo longe da família*” (Maria). Cabe salientar que todas tentaram migrar para outros países antes, todas sonhavam em poder trabalhar na Europa ou nos Estados Unidos. Contudo,

22 LABELLE, Micheline. *Histoires d’immigrées. Itinéraires d’ouvrières Colombiennes, Grecques, Haïtiennes et Portugaises de Montréal*. Montréal : Boréal, 1987



aqui era mais seguro: “A idéia era ter ido para Espanha, porque nesse momento muita gente do Peru ia para Espanha, ou para Itália também. Mas o caso era que te ofereciam ir de forma clandestina.”

Nas falas com as migrantes que estão casadas, a decisão é justificada como sendo natural, ou seja, era evidente que quem devia sair eram elas. A decisão de sair era delas, e o marido deveria ficar cuidando dos filhos e trabalhando no país de origem. Assim, elas enviariam o dinheiro para pagar as dívidas, os estudos dos filhos e arrumar ou comprar a casa: “É muito difícil para um homem arrumar emprego... o que ele poderia fazer aqui? Trabalhar como jardineiro?... não muito mais... mas isso é difícil e, sinceramente, eu sentiria pena de ver o meu marido trabalhando nisso. Ele não está acostumado. Prefiro por isso ser eu a que fica longe... eu sim me adapto.” (Amelia).

Identifica-se em muitas delas sentimentos muito variados, até contraditórios, com relação a essa situação delas terem saído e o marido ter ficado com os filhos. Por momentos parece dominar um sentimento maternal, querendo proteger o marido dos sofrimentos, as dificuldades por elas vividas. Mas também, em outros momentos, aparece a revolta, o cansaço dessa situação de tornar-se provedoras, sustentadoras à distância: “cansei disso, já decidi, vou embora em setembro. Olha só o que ele me disse o outro dia no telefone! ‘achei que você iria ficar mais tempo’. Como é que pode? Eu sofrendo aqui todo tipo de humilhação e ele se acostumando ao dinheiro que eu envio todo mês!” (Carmen).

Tais sentimentos de proteção e revolta também aparecem em relação aos filhos, ainda que em menor proporção do que em relação ao marido ou aos pais: “meus filhos... esses só me ligam quando é para pedir dinheiro. Já se acostumaram com minha ausência e com meu dinheiro que chega lá sempre certinho” (Amélia).

As relações conflitivas, de opressão, relações assimétricas de poder, não só se manifestam nas relações familiares, como também são evidentes no ambiente de trabalho, mencionado antes quando citamos Portes, que fala de uma relação de exploração-proteção.

O interessante a observar é que, apesar dessas relações assimétricas com o núcleo familiar e no ambiente de trabalho, existem decisões por elas tomadas, no cotidiano das interações, que vão dando forma às maneiras com que cada uma vive e dá sentido a essa experiência. Isto é, algumas, mesmo tendo o visto cortesia, que as limita a trabalhar para um só empregador, tomam a decisão de deixar aquele emprego para se arriscar com outra família. Outras vêm tomando decisões com relação ao relacionamento com o marido, com o namorado deixado no país de origem. Começam a planejar outras formas de vida para o seu retorno. Isso tudo num contexto marcado pelo de



isolamento e pela exploração, mas também, algumas vezes, ao mesmo tempo, pautado pelo diálogo com a chefe, ‘a senhora’, que lhes dá conselhos sobre como melhor se organizar com o dinheiro e não enviar tudo para o marido.

Significa dizer que observamos que existem particularidades em cada uma das migrantes nas formas de produzir seu espaço, dando assim significado a um passado que configura e é configurado pelo presente e pelo futuro sonhado, e viceversa. Entendemos que é nessa capacidade de sonhar, de lembrar, de agir e, portanto, de *significar*, que essas mulheres tomam decisões num contexto que as condiciona, mas que elas também moldam, dando formas particulares e comuns ao que denominamos de *espaço psicofísico da migrante* conceito que atualmente estamos trabalhando e que se apresenta como desafio principal da nossa pesquisa.

6. Bibliografia

BLUMER, Herbert. The Methodological Position of Symbolic Interactionism. In: Blumer, Herbert. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. USA: Prentice-Hall, 1998. Capítulo 1. pp. 1 a 60.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: Hirata, Helena. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 59-66.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, Brasília, set/dez 2005, p.561 a 584.

HARDING, Sandra. *Ciência y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

IOM *Gender and Migration News*. Issue 34, April 2010. Disponível em: <http://iom.int>, Acesso, Maio 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena. et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LABELLE, Micheline. *Histoires d’immigrées*. Itinéraires d’ouvrières Colombiennes, Grecques, Haïtiennes et Portugaises de Montréal. Montréal : Boréal, 1987.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of Migration ? *REMHU*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. V. 15, No. 29, CSEM, Brasília, 2007. p. 5-22.

PORTES, Alejandro. Immigrant Enclaves an Analysis of the Labor Market Experience of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology*, Vol. 86, No.2, 1980.

ROSA, RENATA DE MELO. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo. *REMHU*, V. 15, No. 29, Brasília, 2007, p. 71-85.

SAFFIOTI, Helieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.